

# BREVE ANÁLISE DA GEOPOLÍTICA DO CHILE

## BRIEF ANALYSES OF CHILEAN GEOPOLITICS

PEDRO ALEXANDRE BRETES FERRO AMADOR<sup>1</sup>

GLAUCO CORBARI CORRÊA<sup>2</sup>

ANTÔNIO JOSÉ MACEDO ESTRELA BASTOS<sup>3</sup>

MARCO PAULO ALMEIDA DE RODRIGUES GONÇALVES<sup>4</sup>

RICARDO JOSÉ GOMES DA SILVA INÁCIO<sup>5</sup>

GABRIEL DE JESUS GOMES<sup>6</sup>

ANTÔNIO PAULO DA COSTA FRESCATA<sup>7</sup>

### RESUMO

O Chile pode ser considerado um dos Estados mais competitivos e sólidos da América Latina na atualidade. Esse seu sucesso advém, em muito, das políticas econômicas orientadas para o mercado e da estabilidade política que tem sabido manter, atraindo o investimento estrangeiro e promovendo as suas exportações. No presente trabalho, por meio da análise à forma como o Chile posiciona-se e relaciona-se no plano global, quer com outros Estados, quer com Organizações Internacionais, da análise à forma como interage no plano regional e da caracterização da sua economia e dos seus recursos mais importantes, aliado aos fatores internos e externos que mais o afetam na atualidade, é possível verificar quais são os principais desafios que se colocam a esse importante país sul-americano e perceber que dinâmicas conduzem a sua política externa. Nesse quadro, conclui-se que as questões como as disputas territoriais com o Peru e a Bolívia, a dependência energética, a forte correlação entre a economia e o cobre, a Antártida e a militarização do Atlântico Sul, destacam-se como temáticas de extrema importância para o Chile agora e no futuro.

**Palavras-chave:** Chile. Geopolítica. Crescimento Econômico. Livre Comércio. Disputas Territoriais.

### ABSTRACT

Currently, Chile can be considered as one of the most competitive and solid states in Latin America. A substantial reason for its success is due to the market-oriented economic policies and political stability that Chile has maintained, attracting foreign investment and promoting its exports. In this work, through analysis of Chile's standing and relations internationally, with other States or with international organizations, the authors verify the main challenges to this important South American country and analyze the dynamics that drive its foreign policy. Within this framework, it is concluded that the following issues stand out as themes of extreme importance for Chile now and in the future: territorial disputes with Peru and Bolivia, energy dependence, the strong correlation between the economy and copper production, Antarctica and the militarization of the South Atlantic.

**Keywords:** Chile. Geopolitics. Economic Growth. Free Trade. Territorial Disputes.

<sup>1</sup> Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) - Lisboa, Portugal.

E-mail: <amador.pabf@mail.exercito.pt>

Investigador associado do CISDI.

Pós-Graduado em Ciências Militares - Segurança e Defesa, pelo IESM (Portugal).

<sup>2</sup> Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex) - Brasília-DF, Brasil.

E-mail: <capcorbari@hotmail.com>

Investigador associado do CISDI.

Especialista em Docência do Ensino Superior (UCB).

Mestre em Operações Militares (ESAO).

Mestre em Ciências Militares (ECEME).

Pós-Graduado em Ciências Militares - Segurança e Defesa, pelo IESM (Portugal).

<sup>3</sup> Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) - Lisboa, Portugal.

E-mail: <estrelabastos@gmail.com>

Pós-Graduado em Ciências Militares - Segurança e Defesa, pelo IESM (Portugal).

<sup>4</sup> Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) - Lisboa, Portugal.

E-mail: <goncalves.mpar@gnr.pt>

Pós-Graduado em Ciências Militares - Segurança e Defesa, pelo IESM (Portugal).

<sup>5</sup> NATO Seasparrow Project Office (NSPO) - Washington, EUA.

E-mail: <silva.inacio@marinha.pt>

Pós-Graduado em Ciências Militares - Segurança e Defesa, pelo IESM (Portugal).

<sup>6</sup> Estado-Maior do Exército (EME) - Lisboa, Portugal.

E-mail: <gomes.gj@mail.exercito.pt>

Investigador do CINAMIL.

Pós-Graduado em Ciências Militares - Segurança e Defesa, pelo IESM (Portugal).

<sup>7</sup> Marinha Portuguesa (MP) - Lisboa, Portugal.

E-mail: <costa.frescata@marinha.pt>

Pós-Graduado em Ciências Militares - Segurança e Defesa, pelo IESM (Portugal).

## I INTRODUÇÃO

O Chile é uma nação politicamente estável e economicamente emergente localizada no sudoeste da América do Sul. Da sua história podem identificar-se quatro períodos marcantes (LIBRARY OF CONGRESS, 2010). Em 1810<sup>8</sup>, o Chile afirma-se como Estado independente e soberano, constituindo-se esse o primeiro período. Em 1932, o Chile constituía-se em uma república democrática e, em 1970, com Salvador Allende<sup>9</sup>, torna-se um estado socialista, promotor de uma política econômica comunista, nacionalizando empresas e realizando reformas agrárias, materializando o segundo período. Essa situação conduziu à polarização da sociedade chilena e como resultado, em setembro de 1973, um golpe de estado liderado pelo General Augusto Pinochet, derruba o governo titubeante de Allende. Esse terceiro período é marcado pelo controle da mídia e pela violação de direitos humanos, estimando-se terem sido mortos cerca de três mil pessoas e presas e/ou torturadas outras 38 mil. No entanto, foi desmantelado o estado de bem-estar social, privatizadas empresas e aberto o mercado, permitindo o investimento privado e conseqüente crescimento econômico. O quarto período refere-se ao regresso à democracia e ao desenvolvimento econômico e social, após derrota de Pinochet nas eleições de 1989<sup>10</sup>. Desde então, o Chile vem assumindo um papel cada vez mais relevante no plano regional e global. Na realidade, nas últimas duas décadas, verifica-se uma franca diminuição dos índices de pobreza, bem como um crescimento bastante acentuado no Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, constituindo-se como o mais elevado da região, o que é evidentemente um sinal do poder econômico desse Estado (MEYER, 2014).

O objetivo deste trabalho é analisar as relações de poder e de influência do Chile no plano global e regional, identificando com mais detalhe as suas potencialidades e vulnerabilidades, bem como verificar a forma como se relaciona com Estados vizinhos e Estados concorrentes, ou seja, em que medida os seus interesses divergem ou convergem com outros atores.

A fim de direcionar a pesquisa, adotou-se a seguinte questão central: que fatores caracterizam a presença do Chile no Mundo?

Por forma a dar resposta à questão central e sintetizar os resultados do estudo, articulou-se o trabalho em quatro partes. Uma primeira dedicada ao quadro geopolítico de referência, enquadrando o Chile nos planos global e regional. A segunda parte identifica os principais atores com que o Chile se relaciona, bem como identifica a importância da Antártida nesse contexto. A terceira parte procura caracterizar quais os fatores que conferem poder a esse Estado, apontando as

suas potencialidades e vulnerabilidades, fazendo depois a ponte para a quarta parte, na qual se caracterizam as relações com as Organizações Internacionais das quais o Chile é parte integrante. Por fim, conclui-se tecendo algumas considerações, identificando os principais fatores que contribuem para a afirmação do Chile no Mundo e de que forma esse Estado os pretende por em prática.

## 2 QUADRO GEOPOLÍTICO DE REFERÊNCIA DO CHILE

O Chile ocupa uma posição privilegiada no extremo sul da América, com cerca de 4.300 km de extensão de norte a sul e de apenas 200 km de leste a oeste. A norte, o Chile faz fronteira com o Peru e a leste com a Bolívia e a Argentina. Em direção ao sul, estende-se até o Polo Sul, através do território antártico chileno, e em direção ao oeste, projeta-se em profundidade em direção ao oceano Pacífico, até a ilha de Páscoa, a 3.700 km da costa (CORPORACIÓN..., 2004).

O Chile, em relação ao seu território, divide-se em três áreas geográficas distintas: América, Antártida e Oceania, constituindo-se como um dos Estados com posição privilegiada para o atual polo econômico global - a Bacia do Pacífico (Figura 1).

Figura 1. Países de localização privilegiada em relação à Bacia do Pacífico.



Fonte: Corporación... (2004).

### 2.1 O Chile no Mundo

A participação do Chile no plano internacional remonta a 1837, ocasião em que desafiou o domínio do porto de Callao, no Peru, de forma a garantir a superioridade das rotas comerciais no oceano Pacífico. Nesse conflito, derrotou a aliança de curta duração formada entre o Peru e a Bolívia<sup>11</sup> tendo permitido a distribuição do poder no Pacífico.

8 A independência chilena em relação a Espanha foi formalmente declarada em 12 de fevereiro de 1818.

9 Um socialista e líder da Coligação de Unidade Popular.

10 Na sequência de uma grave crise bancária no período 1981-84.

11 A Confederação Peru-Boliviana (1836-1839) na chamada Guerra da Confederação.

A Guerra do Pacífico (1879-1883), travada novamente contra o Peru e a Bolívia, aumentou o papel regional do Chile, tendo contribuído significativamente para o alargamento do seu território (LIBRARY OF CONGRESS, 2010).

Ao longo do século XIX, os laços comerciais do Chile firmaram-se principalmente com o Reino Unido, um país que teve influência decisiva sobre a organização da Marinha de Guerra chilena. A França teve um impacto nos sistemas legal e educacional do Chile, assim como se registra alguma influência arquitetônica na virada do século XIX para o século XX. A influência alemã recaiu principalmente sobre a organização e a formação do Exército (LIBRARY OF CONGRESS, 2010).

Em junho de 1945, o Chile assina a Carta das Nações Unidas, constituindo-se membro fundador dessa Organização (UNITED NATIONS, 2014a) e assumindo uma posição de relevo no plano internacional. Todavia, com o golpe militar de 1973, o Chile isola-se politicamente como resultado das acusações de violação dos direitos humanos que se registraram durante o governo do General Pinochet (LIBRARY OF CONGRESS, 2010).

Com a redemocratização de 1990, parte da política econômica de Pinochet, em particular a abertura comercial por meio da diversificação de mercados, foi conservada, o que permitiu a redução do nível de pobreza, mas não eliminou as profundas desigualdades sociais (DANTAS, 2011). Nesse quadro, o Chile assenta a sua estratégia geral no desenvolvimento de relações multilaterais no mundo, estabelecendo relações privilegiadas com os Estados Unidos da América (EUA), com a União Europeia (UE), com a Ásia e com a América do Sul (DANTAS, 2011). Ainda no âmbito da sua afirmação em termos internacionais, o Chile foi anfitrião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), em 2004, da qual é membro de pleno direito.

Ademais, o Chile tem-se revelado um importante ator internacional sobre questões econômicas e de livre comércio (UNITED STATES, 2013), sendo de destacar que em 2010 o Chile foi aceito como membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), constituindo-se como o primeiro país da América do Sul a assumir essa condição (ORGANISATION..., 2010). Desde a redemocratização, o Chile vem tornando-se um participante cada vez mais ativo na política internacional. O país terminou a sua missão como membro não permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e vem atuando de forma vigorosa em várias atividades promovidas pelas suas diversas agências, incluindo Operações de Apoio à Paz.

## 2.2 O Chile na América do Sul

Apesar de manter relações comerciais com quase todos os países da região, com o intuito de não criar

obstáculos ao seu franco desenvolvimento, o Chile optou por permanecer à margem dos blocos regionais. Não obstante, é membro de diversas organizações de âmbito regional, nomeadamente a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). O Chile não participa da CAN (Comunidade Andina) e também decidiu não ser um membro pleno do MERCOSUL. Essas duas organizações mantêm taxas de importação mais elevadas do que as chilenas, pelo que a adesão a qualquer uma delas tornaria mais difícil a realização de tratados de comércio já estabelecidos com países exteriores à América do Sul (DANTAS, 2011).

Segundo Fernández<sup>12</sup> (2009), o Chile projeta-se para o mundo a partir da sua identidade latino-americana, constituindo-se esta como centro de gravidade da sua política externa e promotora de laços comuns em uma região na qual o país partilha história, culturas, interesses e objetivos, e de onde se releva o incentivo à integração regional.

## 3 ANÁLISE ESTRATÉGICA DE BASE

### 3.1 Atores Regionais Estatais

#### 3.1.1 Bolívia

As relações da Bolívia com o Chile não têm sido as melhores desde a Guerra do Pacífico. Essa situação agudizou-se com a prisão, em janeiro de 2013, de três soldados bolivianos em território chileno, que alegadamente perseguiam narcotraficantes. Para o governo boliviano, as três prisões foram uma forma de retaliação do Chile pela sua demanda marítima nos diversos fóruns internacionais, que tem como objetivo a recuperação da tão desejada ligação ao Pacífico (SEM..., 2013).

A atual instabilidade interna, a adesão ao MERCOSUL e o seu distanciamento do vizinho marítimo a oeste, aparentam ser os fatores mais importantes para o desenvolvimento político e econômico da Bolívia e que marcam as relações entre estes dois Estados (GOULART; BELLINCANTA; YAKABI, 2014).

#### 3.1.2 Equador

O Equador é um dos menores Estados sul-americanos, sendo que a sua economia está centrada nos hidrocarbonetos, que contabilizam mais de 50% das suas exportações (EQUADOR, 2012).

Atualmente, o Equador é um importante ponto de passagem de cocaína que tem como principal destino os EUA, através das águas do Pacífico, constituindo um

<sup>12</sup> Mariano Fernández é ex-ministro das Relações Exteriores chileno.

apetecível local para “lavagem de dinheiro” para os narcotraficantes (LYONS, 2012).

Ao Equador, apontam-se os seguintes pontos de interesse para o Chile: potencial foco de instabilidade regional, face ao tráfico de drogas e disputas territoriais antigas com o Peru, a norte, e importante fonte de recursos energéticos regional.

### 3.1.3 Venezuela

Com o plano de nacionalização das empresas posto em prática pelo ex-presidente Hugo Chávez e o consequente aumento do controle estatal sobre a indústria, ocorreu um decréscimo no investimento estrangeiro e, em função disso, um abrandamento da economia venezuelana. Em 2013, o déficit orçamentário da Venezuela foi cortado para menos de 10% do PIB e a dívida pública aumentou para 34,2%, apesar dos preços recorde do petróleo (UNITED STATES, 2014a).

Apesar das divergências com os EUA, estes continuam a ser os maiores parceiros da Venezuela em termos comerciais. Quanto ao Chile, este é o 7º maior importador da Venezuela, que passa a assumir importância de relevo na política energética chilena (BRIDGAT, 2014).

### 3.1.4 Paraguai

A economia paraguaia sofreu grandes oscilações nos últimos anos, sustentando-se nos estímulos governamentais, todavia não resistindo à forte crise econômico-financeira que afeta o mundo desde 2008. Aliado a esse fato, a instabilidade política, com a destituição do Presidente Fernando Lugo pelo Congresso, em 2012, consistiu em um fator de desestabilização que afetou fortemente a economia do Paraguai (VASCONCELOS, 2012).

Apesar de não se identificar relações significativas em uma vertente política e econômica com o Chile, as relações do Paraguai com a Venezuela estão fortemente degradadas (LORENÇATO; TRALDI, 2013), pelo que em um contexto de estabilidade regional este fator constitui elemento de alguma importância para o Chile.

### 3.1.5 Peru

O Peru é o terceiro maior país da América do Sul. Faz fronteira, entre outros, com o Chile, sendo rico em prata, ouro, cobre, zinco, estanho e hidrocarbonetos, que se encontram sobretudo na Cordilheira dos Andes. Já teve disputas territoriais com o Equador e com a Colômbia, mas a sua maior rivalidade é com o Chile. É também um grande produtor de cocaína, o que tem originado violência interna e disputas entre grupos rivais (PERU'S..., 2012).

Apesar da sua rivalidade com o Chile, têm sido desenvolvidas várias iniciativas de aproximação e cooperação entre ambos os Estados, sobretudo desde 2010, nomeadamente a Aliança do Pacífico<sup>13</sup>,

acordos de cooperação em áreas de interesse comum, desenvolvimento do Comitê de Integração e Desenvolvimento Fronteiriço e a luta contra o tráfico de drogas, entre outros (CHILE, 2014).

Em 2013, o Chile foi o sétimo maior importador de produtos oriundos do Peru (NOVO BANCO, 2014b).

### 3.1.6 Uruguai

O Uruguai é o segundo menor país da América do Sul, sendo, no entanto, um dos mais desenvolvidos economicamente (URUGUAI, 2012).

Atualmente, Chile e Uruguai têm firmado entre si um acordo de associação estratégica com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais, com base no estabelecimento de uma associação política, social, econômica, comercial e de cooperação entre as partes, fundada na reciprocidade, interesse mútuo, complementaridade e aprofundamento das suas relações em todos os campos de aplicação (URUGUAY, 2008).

### 3.1.7 Colômbia

A Colômbia está estrategicamente colocada entre a América do Sul e Central. É rica em recursos naturais, nomeadamente ouro e petróleo. É também a líder mundial na produção de cocaína e tem enfrentado graves problemas de segurança interna face aos grupos armados, designadamente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e traficantes de drogas ali existentes (COLÔMBIA, 2012). Em termos territoriais, disputa com a Nicarágua território marítimo no mar do Caribe, tendo em conta o gás e petróleo ali existentes (PETRÓLEO..., 2013).

A Colômbia é um parceiro importante para o Chile. Em 2011, foi estabelecida uma parceria estratégica, que permitiu o desenvolvimento de iniciativas conjuntas relevantes para ambos os países, sendo a mais importante a Aliança do Pacífico. Já em 2012, reuniram-se quatro comissões para discutir assuntos de interesse comum, nomeadamente assuntos políticos e sociais, a cooperação, o livre comércio e assuntos culturais. Por outro lado, a Colômbia solicitou ao Chile o acompanhamento do processo de negociação de paz entre o governo daquele país e as FARC (CHILE, 2014j).

## 3.2 Relações com o Brasil

As ambições estratégicas brasileiras definem e priorizam ações que visam ao fortalecimento das fronteiras, à prevenção da criminalidade e à intensificação da cooperação com os países vizinhos (BRASIL, 2012).

---

*promover um espaço de livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. O seu principal objetivo é tornar-se uma plataforma de projeção para o mundo, com ênfase na Ásia-Pacífico, tendo em vista um maior crescimento, desenvolvimento e competitividade das economias dos Estados membros (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2013).*

<sup>13</sup> A Aliança do Pacífico é composta pelo Chile, Colômbia, México e Peru. Procura



Nesse quadro, para o Brasil, o Chile tem influência regional pela sua economia, demografia e extensão territorial (LOPES, 2010). Apesar de geograficamente opostos no subcontinente sul-americano, quer o Chile, quer o Brasil, partilham dos mesmos problemas securitários, nomeadamente a pirataria, o roubo à mão armada e a imigração ilegal, entre outras atividades ilícitas (GUEDES, 2015).

A nível econômico, a parceria entre o Brasil e o Chile é materializada em acordos de investimento, iniciados em 2010, e no Acordo de Cooperação para a Antártida. A partir de 2012, com a efetivação do Corredor Rodoviário Bioceânico Brasil-Bolívia-Chile, criou-se condições para a cooperação na área de planejamento energético a longo prazo (BRASIL, 2012).

Para o Chile, o Brasil apresenta-se como um mercado de extrema importância, pois entre ambos existe uma das maiores correntes comerciais bilaterais da América do Sul (BRASIL, 2011). Ainda nesse contexto, o Chile surge como o terceiro maior importador de produtos brasileiros, apenas suplantado pela China e pelos EUA. A nível de exportações chilenas, o Brasil surge em quarto lugar (BANCO ESPÍRITO SANTO, 2014).

### 3.3 Relações com a Argentina

Os Andes materializam a fronteira leste do Chile com a Argentina, sendo esta rica em recursos naturais, nomeadamente petróleo e gás natural, em que baseiam-se as suas exportações juntamente com produtos agrícolas (ARGENTINA'S..., 2012).

A relação entre o Chile e a Argentina nos últimos anos tem-se desenvolvido no âmbito da cooperação e do diálogo bilateral permanente, tendo, em 2012, sido estabelecidos acordos em matéria de reconhecimento de diplomas legais, cooperação policial, cooperação na Antártida, integração fronteiriça, desenvolvimento do turismo, migração e assistência consular, cooperação na educação e no setor da saúde (CHILE E ARGENTINA..., 2012).

No campo da defesa, os dois países têm dado passos importantes – salientando-se a iniciativa “2+2” –, dos quais resultou um Memorando de Entendimento entre os dois países e o Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO) sobre a Força de Paz Combinada Cruz del Sur<sup>14</sup> (CHILE, 2014i).

### 3.4 Disputas territoriais

Após a sua independência e à semelhança do Peru e da Bolívia, o Chile enfrentou questões de autodefinição territorial e de competitividade na região. Nesse contexto, ocorreu no período de 1879-1883 a já referida Guerra do Pacífico, ocasião em que defrontou

o Peru e a Bolívia (STRATFOR, 2009). Como resultado desse confronto, o Chile conquistou aproximadamente um terço do seu atual território, adquirindo duas regiões do sul do Peru, Tacna (posteriormente devolvida em 1929) e Arica, enquanto a Bolívia perdeu a sua província do litoral, rica em cobre, guano e salitre, bem como o acesso ao oceano Pacífico<sup>15</sup>.

Em relação ao Peru, este instaurou um processo junto do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), em janeiro de 2008, para que fosse arbitrada a fronteira marítima com o Chile. A decisão tornou-se pública a 27 de janeiro de 2014, sendo que dos 38.000 km<sup>2</sup> em disputa, o Peru obteve aproximadamente 20.000 km<sup>2</sup> e o Chile manteve soberania sobre uma área com recursos pesqueiros (UNITED NATIONS, 2014b) (Figura 2). Mesmo com todas as disputas e pleitos internacionais, em 2009, o Chile realizou um exercício militar denominado “Salitre 2009”, em Antofagasta, primeiro lugar atacado em 1879, gerando mal-estar em ambas as partes, o que, aliado ao incremento das capacidades militares do Chile, levou o Peru a solicitar junto à ONU a mediação de um pacto regional de não agressão (STRATFOR, 2009).

**Figura 2. A nova divisão entre Chile e Peru.**



Fonte: Tribunal... (2014).

Relativamente à Bolívia, a 24 de abril de 2013, esse país instaurou um processo contra o Chile, junto do TIJ, no sentido de o obrigar a negociar efetivamente um acordo que garanta à Bolívia um acesso totalmente soberano ao oceano Pacífico. A decisão do TIJ obriga as partes à elaboração de um memorial, pelo que a decisão deverá ser conhecida a partir de 2015<sup>16</sup> (INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE, 2013).

<sup>15</sup> Através de um tratado entre as partes, em 1904, o Chile cedeu à Bolívia acesso livre ao Pacífico por meio de uma estrada de ferro até o porto de Arica, mas recusa restituir qualquer território.

<sup>16</sup> No dia 15 de abril de 2014, a Bolívia entregou o seu Memorial na Corte Internacional de Justiça, em Haia, e até 18 de fevereiro de 2015 o Chile elabora o Counter-Memorial, ficando o procedimento seguinte para decisão futura.

<sup>14</sup> Entrou em stand-by em janeiro de 2012

Apesar de o Chile ter enfrentado disputas territoriais com a Argentina, nomeadamente pelo canal de Beagle, solucionada por meio da mediação Papal em 1984<sup>17</sup>, outra questão se levanta em relação a Argentina e que envolve igualmente o Reino Unido: a disputa pelas ilhas Falkland. Por um lado, ao Chile interessa que o controle daquelas ilhas se mantenha britânico, da mesma forma que defende os territórios em disputa com a Bolívia e o Peru. Por outro lado, as boas relações com o seu vizinho Argentina são determinantes para a questão energética e por questões econômicas e securitárias da região. No meio dessa disputa, o antigo presidente chileno, Sebastián Piñera, chegou a afirmar publicamente que o Chile apoia a Argentina, mas ao mesmo tempo tem uma relação especial com o Reino Unido. Estima-se que, no futuro, o Chile continue preso no meio dessa disputa, apoiando os britânicos e tentando acalmar as relações com a Argentina (STRATFOR, 2012).

### 3.5 As ilhas Falkland, o acesso à Antártida e o Atlântico Sul

Durante a guerra fria, a manutenção da segurança da rota marítima do Cabo Horn constituiu um importante elemento estratégico. Esta situação mantém-se atual se considerarmos que as limitações físicas dos porta-aviões norte-americanos os impedem de transitar pelo canal do Panamá. Nesse contexto, as ilhas Falkland mantêm-se como um importante ponto de apoio naval “*another of Admiral Thayer Mahan’s choke points*”, estratégico para garantir o controle efetivo da rota do Cabo. Não obstante outras opções para o controle se apresentarem possíveis – Punta Arenas (Chile) ou Ushuaia (Argentina) –, o esforço associado seria incompatível para a maioria das forças armadas regionais (GUEDES, 2012, p. 42).

Para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o fato de as Falkland serem domínio do Reino Unido, constitui um elemento estratégico de grande importância, já que garantem a ligação física entre o Atlântico Sul e o Pacífico Sul. Importa realçar que a Marinha britânica possui capacidade para a sua defesa e manutenção. No entanto, caso alguns dos países do Cone Sul<sup>18</sup> procurem os meios militares que ponham em causa esse equilíbrio, a defesa das Falkland poderá ser ameaçada (GUEDES, 2012). A crescente militarização da zona e a eventual especulação sobre a alteração de “estatuto de região desnuclearizada”, consequência do posicionamento de ogivas nucleares na região por parte do Reino Unido, confirmam a importância não só estratégica, mas também econômica da região. A crescente atenção que tem sido dispensada ao Atlântico Sul por parte das

<sup>17</sup> Na ocasião, foi estabelecida fronteira marítima que deu as ilhas da metade norte do canal e a maior parte do território em disputa marítima projetada para o Atlântico à Argentina, e as ilhas na metade sul do canal e as ilhas sem nome espalhadas pelo sul e sudeste do Cabo Horn ao Chile.

<sup>18</sup> Chile e Argentina são os exemplos nesse caso.

potências tradicionais, e, mais recentemente, por parte das potências emergentes, não é inocente e demonstra a “competição intensa” travada em torno dos recursos naturais recentemente descobertos, bem como no acesso à Antártida (NEVES, 2013, p. 71).

O problema da insegurança do Atlântico Sul está perfeitamente identificado, sendo que já há várias potências regionais e globais que se preparam para a combater. No caso dos EUA, a reativação da Quarta Frota para o Atlântico revela bem o interesse geopolítico da grande superpotência na porção sul desse Oceano (GUEDES, 2015).

Seria razoável pensar que uma solução militar similar à OTAN pudesse resolver os problemas securitários do Atlântico Sul. Contudo, a forte oposição do Brasil, da África do Sul e da grande maioria dos países africanos e sul-americanos tem impedido que este tipo de solução seja adotado. Foi seguindo esse pensamento que em 1986 foi criada a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (GUEDES, 2015).

Até agora, e apesar de certa apreensão, o problema da manutenção securitária do Atlântico Sul não tem passado de alguma retórica mais exacerbada por parte dos vários atores. Torna-se fundamental que se inicie uma abordagem holística, restando dúvida se será consensual ou externamente imposta (DE LA GORCE; SALVY, 2012).

## 4 FATOR GEOPOLÍTICO

### 4.1 Recursos naturais - a questão energética

O Chile é o quinto maior consumidor de energia sul-americano, importando cerca de 70% da energia consumida (THE WORLD BANK, 2014a), mas é um dos menores produtores de combustíveis fósseis.

A maior parte das importações de petróleo são originárias de países da América Latina, designadamente do Equador, Brasil, Colômbia e Argentina. Contudo, no que tange aos produtos refinados, os EUA são a principal origem, principalmente de óleo diesel (UNITED STATES, 2014d). No que diz respeito ao gás natural, o aumento de consumo chileno (2009/2010) dessa fonte energética foi dos maiores do mundo (51%, que se compara com a média mundial de 7,3%) (GUERRERO, 2012). A maior parte das importações chilenas é sob a forma de Gás Natural Liquefeito (GNL) e provém da Guiné Equatorial, de Trinidad e Tobago, do Catar e do Iêmen (UNITED STATES, 2014d). Embora com menos importância, o Chile importa também gás natural da Argentina, por meio de vários gasodutos construídos no final dos anos 1990.

A capacidade de produção elétrica instalada caracteriza-se por cerca de um terço ter origem hidrelétrica, 2 a 3% ter origem eólica e o restante ser proveniente de

centrais termelétricas a carvão e gás natural (UNITED STATES, 2014d). Assim, a maior parte da energia gerada é proveniente de fontes não renováveis, o que justifica a dependência de importações acima referida. Essa dependência de recursos energéticos do exterior, em uma economia em crescimento, pode representar um grande risco para o desenvolvimento e crescimento econômico, podendo fomentar a sua dependência relativamente aos seus vizinhos. Por exemplo, a crise argentino-chilena de 2004 fez sobressair o problema da segurança energética ao restringir a quantidade de gás exportado para o Chile a partir da Argentina (GUERRERO, 2012). Adicionalmente, as disputas territoriais com a Bolívia e o Peru limitam as importações de gás desses países produtores (GUERRERO, 2012). Essas questões obrigaram o Chile a desenvolver infraestruturas para importação de GNL, diversificando as fontes de abastecimento.

A pertinência dessas questões fez com que o governo chileno criasse uma Estratégia Nacional para a Energia 2012-2030, que prevê, além da diversificação de fornecedores, a redução do consumo por meio da eficiência energética e a aposta nas energias renováveis, nomeadamente na eólica (cuja participação no setor energético é de apenas 3%) (CHILE, 2012b).

## 4.2 Desempenho nacional - a questão econômica

Com uma população de aproximadamente 17 milhões de habitantes, o Chile é a sexta economia da América do Sul, com um PIB de cerca de 280 bilhões de dólares. Esse país, cujo crescimento econômico de 1986 a 2010 foi em média superior a 5% ao ano, possui o maior PIB per capita na região (UNITED STATES, 2014b).

O Chile é uma economia de mercado caracterizada por um elevado nível de abertura ao exterior, com reputação de dispor de instituições financeiras robustas, o que lhe confere o mais alto rating da dívida soberana entre os países da América Latina. As exportações cifram-se em cerca de 1/3 do PIB, com as matérias-primas somando quase 75% do total das exportações (INDEX MUNDI, 2014b).

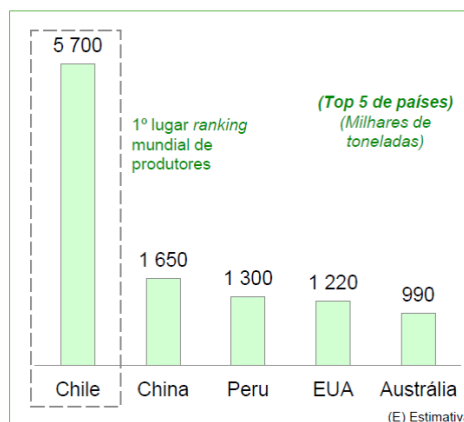
Contudo, após um forte crescimento nos últimos anos, a economia chilena está desacelerando e ficou próxima aos 4% em 2013 (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014). Mesmo assim, demonstrou possuir bases econômicas compatíveis ao conseguir suplantar as dificuldades resultantes da grave crise financeira mundial de 2008, implementando medidas como a liberação de verbas para socorrer o setor do cobre, o investimento em obras de infraestrutura e a proteção da população de baixa renda (CHILE, 2012a). Importa realçar o crescimento econômico que seguiu-se às catástrofes naturais que assolaram o país em fevereiro de 2010, superando as expectativas mais otimistas e revelando a capacidade de recuperação chilena (INTERNATIONAL

CENTRE..., 2010; UM ANO..., 2011).

O Chile apresenta ainda uma grande dependência em torno das atividades de extração, produção e sobretudo de exportação de cobre, estando a evolução do PIB do país fortemente correlacionada com os volumes de exportação de cobre e do seu preço nos mercados internacionais. Esse representa atualmente cerca de 19% dos proventos governamentais (UNITED STATES, 2014b).

O peso das exportações de cobre nas exportações totais tem aumentado significativamente nos últimos anos, fazendo do Chile, simultaneamente, o maior produtor e exportador mundial de cobre, conforme podemos observar na Gráfico 1 (BANCO ESPIRITO SANTO, 2014).

**Gráfico 1. Estimativa de produção mineral de cobre em 2013.**



Fonte: Banco Espirito Santo (2014a).

Os principais destinos das exportações de cobre chilenas são asiáticos (52%) – onde se destacam a China (40%), a Coreia do Sul (7%) e Taiwan (5%) – e da UE (16%), com a Itália (5%) e os Países Baixos (5%) apresentando a maior procura. Importa sublinhar a forte influência que a China, principal cliente mundial de cobre, exerce na determinação do preço internacional e, conseqüentemente, nas receitas do setor mineral chileno (BANCO ESPIRITO SANTO, 2014).

Além de variadíssimos acordos de comércio, designadamente com a UE, EUA, MERCOSUL, China, Índia, entre outros, o Chile aderiu recentemente ao Acordo de Parceria Econômica Estratégica Trans-Pacífico, também conhecido como P4 (INDEX MUNDI, 2014b). Em maio de 2010, o Chile assinou a convenção da OCDE, vindo a ser o primeiro país da América Latina a tornar-se membro dessa organização, conforme referido anteriormente.

Cautelosamente, ao longo dos anos, o governo chileno tem seguido políticas fiscais contracíclicas, acumulando excedentes durante os períodos de crescimento e de preços elevados do cobre nos mercados internacionais, e adotando políticas expansivas apenas

nos períodos de baixa de preços do cobre e baixos crescimentos (INDEX MUNDI, 2014b).

De acordo com o Outlook Econômico<sup>19</sup> 2013 para a América Latina, se no curto prazo ainda vai ocorrer um forte crescimento nessa região, no médio prazo a situação é mais complexa, na medida em que um decréscimo na procura externa exporá as limitações do modelo atual de crescimento, baseado em produtos de baixo valor acrescentado e em recursos naturais. O Chile, tendo também esse problema, tem apostado nos últimos anos em uma política de incentivo à formação e inovação<sup>20</sup>, que poderão a médio e longo prazo mitigar essa debilidade. Um indicador dessa aposta é o caso da infraestrutura de internet de banda larga chilena, que é atualmente a mais avançada da América Latina, à frente do Brasil, México e Argentina (ORGANISATION..., 2012).

Essa estratégia de desenvolvimento, muito assente na simplificação administrativa e na educação e inovação, vai dando já os seus frutos: no ranking da liberdade econômica (*Economic Freedom Score*) promovido pela ONG “*The Heritage Foundation*” em parceria com o Wall Street Journal, o Chile ocupa o 7º posto mundial e o 1º a nível regional<sup>21</sup> (THE HERITAGE FOUNDATION, 2014).

Também o turismo tem sido um importante setor da economia chilena. Em 2013, por exemplo, o setor do turismo representou 3,2% do seu PIB, perspectivando-se, para 2014, um incremento para 5,4% (BANCO ESPIRITO SANTO, 2014).

Refira-se que o número de turistas internacionais ascendeu cerca de 3,576 milhões, o que representou um acréscimo de 0,6% face a 2012. Esse setor contribuiu diretamente com 3,2% do total de emprego (BANCO ESPIRITO SANTO, 2014).

### 4.3 Fatores internos de perturbação

A sociedade chilena apresenta grandes desigualdades sociais e grande concentração da economia, que podem ser identificados como os principais fatores internos de perturbação. Relativamente às desigualdades sociais, destacamos dois problemas: a desigualdade nos salários e acesso à educação. A desigualdade nos salários, uma das maiores do mundo, é consubstanciada na avaliação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em que o Chile, em 2013, foi avaliado em 52,1% no índice de GINI<sup>22</sup> (PROGRAMA..., 2013, p. 152), embora já com alguma evolução relativa

<sup>19</sup> Organismo coordenado pela OCDE.

<sup>20</sup> Por meio do programa *InnovaChile*, o governo apoia fortemente o desenvolvimento de startups tecnológicas.

<sup>21</sup> Este ranking avalia diversos fatores, tais como a eficiência da justiça, os índices de corrupção, a liberdade fiscal, os gastos do estado, a eficiência regulatória do estado, a liberdade de comércio, de investimento e de transação financeira, entre outros.

<sup>22</sup> Indicador utilizado para calcular a desigualdade de distribuição do rendimento das pessoas (THE WORLD BANK, 2014c).

à avaliação de 2003, cujo coeficiente era de 57,5% (PROGRAMA..., 2003).

Em termos educativos, o Chile é um dos países no âmbito da OCDE que menos investe em educação pública, sendo que no ano de 2011 registraram-se cerca de 100.000 crianças que não tiveram acesso à escola. Para uma população que ronda os 17,5 milhões de habitantes e que 21% está abaixo dos 14 anos e em idade escolar, aquele número é bastante elevado e preocupante (ORGANISATION..., 2013).

Essa situação traz dois problemas. Um primeiro, que se prende com a criminalidade, nomeadamente nos arredores da capital Santiago, onde existem 83 bairros ou pequenas povoações, perfazendo um total de 700.000 pessoas, controladas por gangues (*pandilhas*). Um segundo, é a prostituição infantil, feminina e masculina, apresentando números assustadores referenciados pelo Serviço Nacional de Menores (SENAME) do Ministério da Justiça chileno, afirmando que em 2003 havia em torno de 3.700 crianças exploradas sexualmente (CHILE, 2010b).

Não obstante, a concentração da economia é o maior problema do Chile, cujas causas estão identificadas e materializadas pelos seguintes aspectos: concentração da distribuição de bens (supermercados) por apenas três grupos econômicos, que se consubstancia no monopólio do comércio a retalho; 60% dos depósitos bancários encontram-se distribuídos em apenas quatro bancos, o que confere um poder muito elevado à banca; e a grande desigualdade entre a área metropolitana de Santiago e o resto do país, contribuindo cada vez mais para a desertificação do interior e zonas limítrofes (ATIENZA; AROCA, 2012).

Apesar de identificadas as causas, os sucessivos governos não têm conseguido impor mudanças acentuadas nesse propósito, o que revela o elevadíssimo poder de influência que esses grupos têm nas decisões políticas e na sociedade chilena em geral.

### 4.4 Capacidade Militar

A defesa militar chilena é caracterizada e influenciada por uma realidade extremamente complexa. A sua configuração geográfica, bem como a natureza geopolítica e geoestratégica do território fazem da defesa um quebra-cabeças. De um modo geral, o Chile não tem profundidade estratégica. Nesse sentido, o país procura, junto com seus vizinhos, estabelecer relações político-estratégicas de conciliação de interesses, nomeadamente na área da segurança. A fragilidade estratégica do seu território é de natureza estrutural e, portanto, necessita de uma atenção permanente e particular por parte da sua comunidade de defesa (SALAS, 2011).

As Forças Armadas do Chile (FAC) são compostas por três ramos – Exército, Marinha e Força Aérea –, tendo como Comandante Supremo o Presidente da República. Esse é responsável por organizá-las e



distribuí-las de acordo com as necessidades de segurança nacional (CHILE, 2010a), cabendo-lhe ainda o comando direto das FAC em caso de guerra (CHILE, 2010a).

A condução política do setor de defesa do Chile está a cargo do Ministério da Defesa Nacional, que tem por missão garantir a segurança externa do Estado (CHILE, 2010a). Nesse quadro, o emprego das FAC, em crise internacional ou em guerra, é da responsabilidade do Chefe de Estado-Maior Conjunto (CHILE, 2010a).

Em termos comparativos, de acordo com o Quadro I, podemos verificar que o Chile, no que concerne às suas Forças Armadas, apresenta um efetivo semelhante aos seus países vizinhos, muito embora se possa verificar algum desequilíbrio no equipamento, estando nesse aspecto o Chile em vantagem

interesse para o Chile. As Zonas Navais se estendem do extremo Norte do país até a Antártida e dependem do Estado-Maior Geral da Marinha, sendo constituídas por Forças Operacionais e Logísticas, com a finalidade de contribuir para a defesa da frente marítima e ao controle e proteção do tráfego de navios em suas respectivas áreas de jurisdição. É por esse motivo que são dotadas com meios de combate, de patrulha e de apoio logístico (CHILE, 2014c).

As outras forças operacionais que constituem a Marinha chilena são a Aviação Naval, a Força de Submarinos, o Corpo de Infantaria de Marinha, o Comando Anfíbio e de Transportes Navais, o Comando de Forças Especiais e o Comando de “Misileras” norte e sul (CHILE, 2014c).

**Quadro I – Quadro comparativo de Pessoal e Material Principal.**

País	Pessoal					Material Principal					
	FFAA	Armada	Exército	Força Aérea	Paramilitares	Fragatas	Submarinos	CC/ VBTP/ VCI	Artilharia/ Morteiros	Aeronaves de Ataque	Helicópteros
Chile	59.050	16.300	35.000	7.750	44.700	7	4	870	1.005	58	93
Argentina	73.100	20.000	38.500	14.600	31.250	6	3	1.088	1.103	38	110
Bolívia	46.100	4.800	34.800	6.500	37.100	0	0	230	311	15	30
Peru	115.000	24.000	74.000	17.000	77.000	8	6	655	998	68	122

Fonte: Adaptado de International Institute for Strategic Studies (2013).

#### 4.4.1 Exército

O Exército do Chile conta com aproximadamente 45.000 militares e tem por missão garantir a soberania e manter a integridade do território, proteger a população, instituições e recursos vitais do país face a qualquer ameaça externa, assim como se constituir como uma ferramenta da política externa do Chile (CHILE, 2014d).

Na última década, o Exército sofreu uma reestruturação profunda que passou pela criação de novas unidades, pela fusão de outras, bem como pelo seu reequipamento e formação de pessoal, tornando-o mais eficiente (CHILE, 2014e). Atualmente, a sua componente operacional contempla seis Divisões e duas Brigadas (CHILE, 2014f).

#### 4.4.2 Marinha

A Marinha chilena é constituída por cerca de 25.000 militares (CHILE, 2014b), distribuídos por várias unidades ao longo dos 6.435 km de linha costeira (UNITED STATES, 2014b), devendo-se ainda levar em consideração o extenso Território Antártico Chileno, que se estende até o Polo Sul (CHILE, 2014a).

A principal força operacional da Marinha é a sua Esquadra Nacional, que se encontra distribuída por Zonas Navais e tem por missão contribuir para a defesa do território nacional e participar nos esforços internacionais de manutenção da paz e da estabilidade nas regiões de

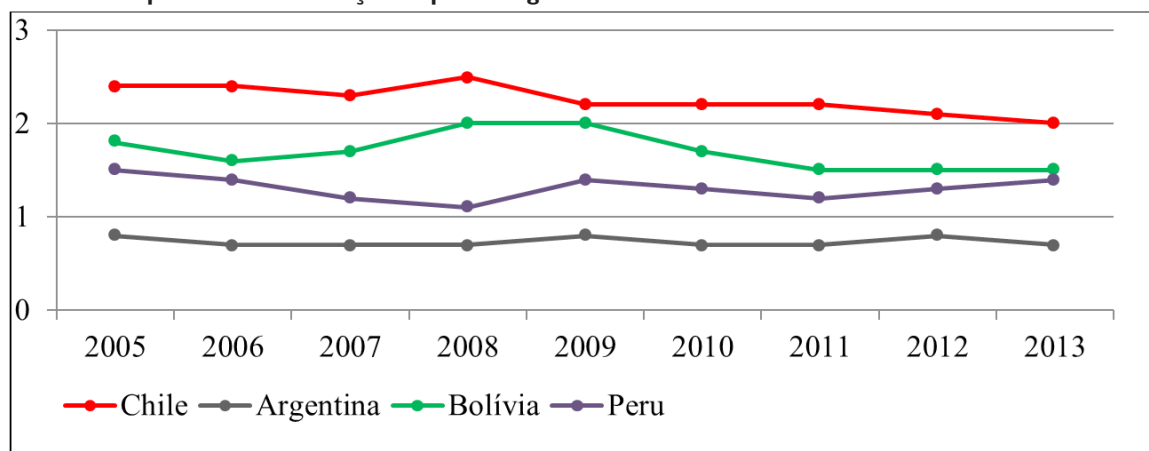
#### 4.4.3 Força Aérea

O efetivo da Força Aérea do Chile é estimado em 12.000 militares. O produto operacional desta Força encontra-se materializado nas cinco Brigadas Aéreas que a constituem. Cada uma delas está organizada, grosso modo, em dois ou três Grupos de Aviação, um Grupo de Defesa Antiaérea e um Grupo de Telecomunicações ou Detecção Eletrônica (CHILE, 2014g).

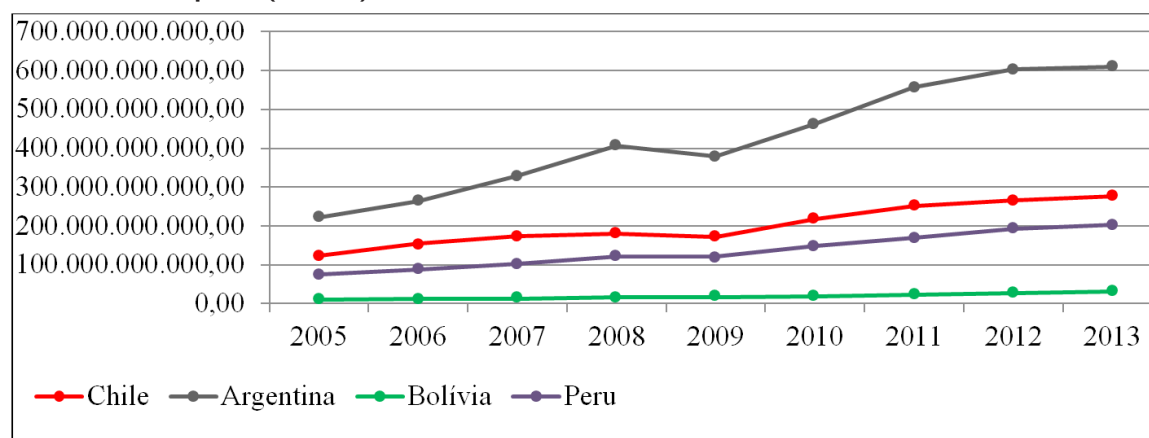
As Brigadas Aéreas são Unidades operacionais, que atuam de acordo com o planejamento superior. A sua principal missão é controlar o espaço aéreo em suas áreas de jurisdição, por meio de operações aerotáticas, de defesa antiaérea, administrativas e logísticas. As Brigadas têm ainda a seu cargo o Serviço de Busca e Salvamento e também apoiam locais remotos e cooperam em situações de emergência ou desastres naturais (CHILE, 2014g).

#### 4.4.4 Corrida armamentista

Tendo em conta o apresentado, quer internamente, quer no âmbito das relações externas, o Chile apresenta alguns focos de tensão. Nesse contexto, e considerando a emersão de outros atores no plano regional, como o Brasil, alguns autores apontam o acréscimo da despesa na defesa como sinal de corrida armamentista (DEEN, 2011). Contudo, de acordo com as Gráficos 2 e 3, podemos verificar que o aumento do investimento nas FAC se deve ao aumento do PIB nacional

**Gráfico 2 – Despesa militar em função da percentagem do PIB.**

Fonte: The World Bank (2014d).

**Gráfico 3 – PIB dos países (em US\$).**

Fonte: The World Bank (2014b).

e não ao aumento efetivo da percentagem atribuída à Defesa, quer no Chile, quer no Peru ou Bolívia, pelo que, não se considera ser um indicador de potencial aumento de “conflitualidade” na região.

#### 4.5 Potencialidades e Vulnerabilidades

Dentre o conjunto de potencialidades que destacam o Chile dos demais países da América Latina, julga-se importante referir: a sua localização, voltada para o atual polo econômico global, a região da Ásia-Pacífico, que lhe traz vantagens no plano comercial; a sua estabilidade política, que se constitui como um convite interessante ao investimento privado e se reverte na possibilidade de desenvolvimento; a sua política econômica de mercado aberto e baixas taxas aduaneiras; e a Antártida, cujos recursos ainda se encontram por explorar, mas onde a água potável se assume como vital (MOMBERG, 2008).

No entanto, ao Chile apontam-se duas grandes vulnerabilidades: a economia dependente do cobre e a dependência de recursos energéticos; bem como dois grandes desafios: a concentração da economia e as

disputas territoriais.

Em relação às vulnerabilidades, a economia chilena tem-se beneficiado nos últimos anos do elevado preço do cobre. Conforme anteriormente referido, o Chile é o maior produtor do mundo desse metal, com o quádruplo da produção da China que ocupa o segundo lugar (UNITED STATES, 2014c). No entanto, o peso que a sua exportação tem na economia chilena é muito elevado, pelo que a oscilação do seu preço poderá trazer implicações graves à economia desse país (CHILE, 2013).

É com preocupação que os responsáveis políticos chilenos olham para a questão energética. Conforme referido anteriormente, a aposta na diminuição da dependência energética terá de passar quer pela diversificação de fornecedores, de onde sobressai mais uma vez a região da Ásia-Pacífico, quer pela diversificação da natureza das fontes energéticas, em uma clara aposta nas energias renováveis (CHILE, 2014h).

Quanto aos desafios, a concentração da economia – que se traduz no sentimento de desigualdades sociais – se fez sentir com os protestos estudantis ocorridos nos últimos anos. Essas manifestações populares provocaram um “despertar de cidadania”, após uma inércia que durou

mais de duas décadas (ALVARES; MONTEBELLO, 2013, p. 14). Na verdade, essas manifestações constituem-se como catalisadores para a contestação social que se tem registrado, apesar de algumas medidas terem sido tomadas no âmbito do apoio social e familiar. Essa situação acarreta consigo fortes implicações naquilo que é o sentimento internacional de estabilidade e segurança, pelo que se constitui como uma questão por resolver (SMINK, 2011).

Relativamente às disputas marítimas com o Peru e terrestres com a Bolívia, caberá ao Chile adotar medidas contingenciais de forma a fazer face à decisão de 2014 do TIJ, já concretizada, e prever outras medidas para a decisão de 2015, mitigando aquilo que poderão ser eventuais constrangimentos na economia e conseqüentemente na sua estabilidade.

## 5 DA POLÍTICA EXTERNA ÀS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO

O Chile é hoje um dos países mais estáveis e prósperos da América do Sul, não só devido ao seu constante crescimento econômico, como pelo fato de assumir um papel cada vez mais importante nos processos de cooperação a nível regional e internacional. A rápida transição das suas relações internacionais de cunho mais securitário para outro focado nas economias de mercado possibilitou que surgisse no contexto global em uma posição privilegiada (ARAVENA, 1997).

### 5.1 As relações regionais e internacionais como “elementos integradores”

A sustentabilidade do crescimento econômico chileno, como já tivemos oportunidade de fazer notar, tem sido fundamental para a consolidação da sua política externa. Contrariando alguns dos mais importantes interesses locais, a aposta feita tem sido materializada por múltiplos acordos de livre comércio que, de uma forma geral, têm-lhe permitido obter uma relevante projeção sobre o mercado regional e global (LOPES; CARVALHO, 2010).

Nesse importante domínio, o Chile é membro do BID e da ONU e suas agências especializadas. Integra a Organização Mundial de Comércio (OMC), desde 1º de janeiro de 1995, e a OCDE, desde maio de 2010, onde até então apresentava o *status* de observador. A nível regional, esse país faz parte da ALADI, da APEC, do SELA e da OEA, tendo aderido ao MERCOSUL como membro associado e à CAN, igualmente como país associado. Importa destacar ainda o relacionamento bilateral preferencial com a UE (Acordo UE/Chile) (AGÊNCIA..., 2013).

A ALADI é um organismo intergovernamental que foi criado em 1980 e visa fortalecer as relações entre

os seus membros, por meio da celebração de acordos bilaterais que garantam a criação, de forma gradual e progressiva, de um mercado latino-americano, através da aplicação de uma Preferência Tarifária Regional (PTR). Para além do Chile, integram a ALADI os seguintes países: Argentina; Bolívia; Brasil; Colômbia; Cuba; Equador; México; Panamá; Paraguai; Peru; Uruguai; e Venezuela (ASSOCIAÇÃO..., 2014).

Constituída em 1989, a APEC apresenta-se como um grupo informal, que tem dado contribuições para a promoção do comércio, a captação de investimento, a transferência de tecnologia e a conservação dos recursos marítimos e da pesca, com o objetivo de constituir uma zona de livre comércio entre os seus membros até ao ano de 2020. Os países que integram a organização são: Austrália; Brunei; Canadá; Chile; Coreia do Sul; EUA; Filipinas; Hong Kong (China); Indonésia; Japão; Malásia; México; Nova Zelândia; Papua Nova-Guiné; Peru; República Popular da China; Rússia; Singapura; Tailândia; Taiwan; e Vietnã (ASIA-PACIFIC..., 2014).

O SELA, formado por 28 países, foi criado em 1975 com a finalidade de acelerar o desenvolvimento econômico e social dos seus membros, por meio da cooperação inter-regional e do estabelecimento de um sistema permanente de consulta e coordenação em assuntos de natureza econômica e social (LATIN..., 2014).

Por sua vez, a OEA, instituída em 1948 por 21 nações, alargada posteriormente a outras 14, tem como objetivos promover práticas de boa gestão governamental, fortalecer os direitos humanos, incentivar a paz e a segurança, expandir o comércio e encontrar soluções para os problemas provenientes da pobreza, das drogas e da corrupção entre os “povos das Américas” (AGÊNCIA..., 2013, p. 18).

Ademais, o Chile tem assinado importantes acordos de livre comércio e de associação durante os últimos anos, com países e organizações tão diversos, como por exemplo Turquia, Canadá, EUA, México, El Salvador, UE, a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), restantes países do Acordo de Parceria Econômica Estratégica Trans-Pacífico (P4) (Singapura, Nova Zelândia e Brunei), Coreia do Sul, China, Japão e Austrália. O Chile também tem acordos de complementaridade econômica em vigor com os seus vizinhos Equador, Colômbia, Bolívia, Peru, Venezuela (a nível bilateral) e MERCOSUL (no plano regional). Acresce um acordo de alcance parcial com a Índia (AGÊNCIA..., 2013).

No que diz respeito ao relacionamento com a UE, o regime legal está traduzido, fundamentalmente, no acordo de associação celebrado entre ambas as partes, de amplo alcance, que abrange, para além da liberdade de comércio, de serviços e acesso à contratação pública dos países signatários, outras áreas como o diálogo político e a cooperação científica e tecnológica. Esse acordo foi assinado em 18 de novembro de 2002 e entrou em vigor, parcialmente, em fevereiro de 2003 e, na totalidade,

após ratificação de todos os participantes, a 1º de março de 2005, contribuindo decisivamente para um aumento em grande escala das trocas comerciais entre as partes. De relevar o plano estratégico definido pela UE para o Chile, referente ao período 2007-2013, cujas prioridades financeiras consistiam no apoio ao reforço do sistema de ensino e formação profissional deste país, na promoção da competitividade econômica chilena no contexto mundial e no reforço das relações entre ambas as partes (AGÊNCIA..., 2013).

## 5.2 Processo de integração chileno: principais tendências e “pontos de tensão”

A trajetória do estado chileno pós-independência não seguiu a linearidade dos demais estados latino-americanos. A política externa que colocou em prática a partir dos anos 1990 privilegia uma forte autonomia em questões decisórias e, portanto, não considera necessário nem funcional para os seus interesses “acoplar-se” a qualquer outro ator internacional (VALENZUELA, 2011). Por um lado, visa potencializar a sua presença internacional por meio de um fortalecimento dos vínculos políticos com vários atores, e, por outro, reforçar a sua integração econômica, adotando uma política de regionalismo aberto que combine estratégias unilaterais, bilaterais, regionais e multilaterais (VALENZUELA, 2011). Uma importante especificidade dessa opção chilena é a forte presença de objetivos políticos, estratégicos e de segurança, nomeadamente em relação a países vizinhos e à região como um todo (LOPES; CARVALHO, 2010).

Por meio dos diversos acordos estabelecidos, os objetivos acima poderão ser alcançados sem que o Chile adquira o status de membro pleno de blocos regionais. Tal condição poderia reduzir “tanto o alcance da estratégia de abertura comercial generalizada quanto a margem de manobra para lidar com diferentes e importantes parceiros no âmbito internacional” (LOPES; CARVALHO, 2010, p. 645).

É essa estratégia que o Chile vem desenvolvendo, aproveitando a sua boa imagem econômica e política. Com ela, o Chile pretende essencialmente combinar dois objetivos: não comprometer as suas relações com outros países e regiões, mantendo os ganhos de comércio proporcionados pela abertura unilateral, e garantir a inserção regional sem precisar se tornar membro pleno do MERCOSUL ou do Pacto Andino (LOPES; CARVALHO, 2010). Alguns dos acordos estabelecidos na região não oferecem ganhos comerciais relevantes, mas permitem melhorar as relações com vizinhos que historicamente têm tido conflitos e também com países de que depende para obter a necessária e vital segurança energética (LOPES; CARVALHO, 2010). Contudo, a opção estabelecida pelo Chile nesse particular contexto criou também níveis internos de desigualdade social sem precedentes. Sem prejuízo de algumas críticas, o país tem construído um

confortável posicionamento internacional que lhe tem permitido responder positivamente às exigências do seu desenvolvimento, articulando, de modo exemplar, o seu papel de *global trader* com o de *regional player*.

## 6 CONCLUSÃO

A concepção geopolítica do Chile caracteriza-se por um conjunto de fatores singulares. Por um lado, a influência do seu legado histórico é de alguma forma partilhada com outros países da mesma região, mas também por outros países do ocidente, como o Reino Unido, França e Alemanha, que moldam a sua política e pensamento estratégico.

De acordo com a maioria dos analistas que foram apontados no decurso do presente trabalho, o Chile desponta como um dos Estados mais competitivos e sólidos da América Latina. O seu sucesso advém, em muito, da estabilidade política que tem obtido êxito em manter e pelas políticas econômicas colocadas em prática, que atraem o investimento estrangeiro e fomentam as exportações.

Em termos políticos, releva-se a multiplicidade de Estados com que o Chile mantém relações, explorando interesses comuns, bem como o número de Organizações Internacionais das quais faz parte, em uma clara aposta na sua autopromoção como ator relevante na cena internacional. É certo que o seu desempenho econômico, os territórios da Antártida e a posição geográfica que detém – e que lhe permite o controle da ligação Atlântico-Pacífico e vantagem face à região da Ásia-Pacífico –, conferem-lhe alguma importância relativa e são, conseqüentemente, fatores que influenciam o interesse de outros atores. Concomitantemente, ao contrário de outros países da América Latina, o Chile tem demonstrado capacidade permanente em promover as suas potencialidades.

No quadro econômico, o Chile tem acordos de comércio com mais de 60 países e estabeleceu recentemente acordos recíprocos de acesso ao mercado com grandes consumidores como a China, a UE e os EUA. A sua economia tem sido beneficiada por políticas fiscais definidas, que ajudam a mitigar os efeitos das flutuações dos mercados externos. Como resultado, o Chile demonstrou, por duas vezes nos últimos anos, que tem capacidade e argumentos para se assumir enquanto Estado emergente. A forma como “contornou” a grave crise mundial financeira de 2008 e dois anos mais tarde a forma como reagiu às catástrofes naturais que assolaram o país, apresentando um crescimento econômico acima dos 4,5%, evidenciam claramente o potencial desse Estado.

Contudo, o Chile enfrenta vários desafios, quer no plano interno, quer no plano externo. No que à política interna diz respeito, a diminuição das desigualdades sociais, a promoção da educação e da igualdade de acesso à ela, são alguns dos problemas que o Chile se defronta. Para muitos analistas, o Chile vive hoje uma espécie de



“despertar de cidadania”, fator que se não devidamente acompanhado, poderá ter um elevado preço. Ainda nesse contexto, a concentração econômica que confere poder de influência a alguns conglomerados econômicos privados, constitui-se como outro desafio que se apresenta ao governo chileno, que terá de dirimir juntamente com o tráfico de drogas, quer no âmbito do consumo, quer como plataforma de trânsito para a Europa e para a região sul-americana.

Em termos militares, a pequena profundidade estratégica é uma vulnerabilidade para o Chile. A prioridade nesse âmbito passa pelo fortalecimento da relação e criação de sinergias entre países vizinhos, contribuindo para o fortalecimento da integração regional e para o multilateralismo na promoção da paz e segurança regional.

A dependência energética é outro fator de preocupação. Uma solução passa pela continuação do projeto hidrelétrico chileno, suspenso face à pressão de grupos ambientalistas. Por conseguinte, esse é sem dúvida um dos maiores desafios para o desenvolvimento econômico do Chile, sendo determinante para o povo chileno encontrar uma forma de reduzir a dependência energética, de forma sustentável, econômica e ambientalmente aceita, tendo o seu governo de mostrar capacidade para implementar a Estratégia Nacional para a Energia até 2030.

A dependência do cobre também obriga a um olhar atento. Nesse campo, o Chile tem dirigido a sua atenção para a formação, inovação e tecnologia, numa perspectiva de diversificação.

As disputas territoriais continuam a ser um assunto premente, sendo a questão com a Bolívia a mais complexa, quer pela extensão, quer pelos recursos ali existentes. Embora pouco provável, uma decisão contrária por parte das instâncias internacionais às intenções chilenas poderá trazer alguma instabilidade à região.

No plano externo, a Antártida e a segurança do Atlântico Sul, onde as Falkland assumem um papel de relevo, materializam aquelas que são as grandes questões que o Chile enfrentará no futuro, podendo, inclusive, a sua posição indefinida em relação à disputa entre britânicos e argentinos ter que vir sofrer alterações.

Podemos assim afirmar que é por meio do fortalecimento da relação com os demais países quer de âmbito regional, quer global, que o Chile pretende projetar a sua identidade e enfrentar em conjunto os temas da agenda internacional. O próprio desenvolvimento nacional está vinculado à manutenção das melhores relações políticas, ao intercâmbio comercial e à cooperação com os seus vizinhos. Todavia, sem comprometer essas relações, procura manter os ganhos de comércio proporcionados pela abertura unilateral e garantir a inserção regional sem precisar se tornar membro. Dessa forma, os esforços do Chile dentro dos próximos anos estarão voltados para potencializar um conjunto de objetivos comuns, entre os quais se destacam: o fortalecimento da integração regional, o multilateralismo e a promoção da paz e da segurança internacional.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL. **Chile**: ficha de mercado. Lisboa, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalle.aspx?documentId=%7BB4F07076-7ED2-41B9-8983-7FA49520D3D1%7D>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

ALIANZA DEL PACÍFICO. **La alianza del Pacífico y sus objetivos**. [S.l.], 2013. Disponível em: <[http://alianzapacifico.net/que\\_es\\_la\\_alianza/la-alianza-del-pacifico-y-sus-objetivos/](http://alianzapacifico.net/que_es_la_alianza/la-alianza-del-pacifico-y-sus-objetivos/)>. Acesso em: 10 out. 2014.

ALVARES, L. A. G. de M.; MONTEBELLO, N. M. O movimento estudantil de 2011 e a crise de legitimidade do sistema político chileno. In: Seminário de Iniciação Científica da ESPM, 2., 30 e 31 out. 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ESPM, 2013. Disponível em: <[http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/lara\\_antonia\\_alvares\\_-\\_ii\\_semic\\_2013\\_0.pdf](http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/lara_antonia_alvares_-_ii_semic_2013_0.pdf)>. Acesso em 28 nov. 2014.

ARAVENA, F. R. Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997. Tradução José Romero Pereira Junior. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 40, n. 2, p. 49-75, jul./dez. 1997.

ARGENTINA'S Geographic Challenge. **Stratfor**, Austin, 2 Apr. 2012. Disponível em: <<http://www.stratfor.com/video/argentinas-geographic-challenge#axzz3NFJFhaPP>>. Acesso em: 15 out. 2014.

ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION. **Member economies**. Singapura, 2014. Disponível em: <<http://www.apec.org/About-Us/About-APEC/Member-Economies.aspx>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO. **Quem somos?** Montevideu, 2014. Disponível em: <[http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitec.nsf/VSITIOWEBp/quienes\\_somosp](http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitec.nsf/VSITIOWEBp/quienes_somosp)>. Acesso em: 8 nov. 2014.

ATIENZA, M.; AROCA, P. Concentración y crecimiento en Chile: una relación negativa ignorada. **EURE**, Santiago, v. 38, n. 114, p. 257-277, mayo 2012.

BANCO ESPIRITO SANTO. Espirito Santo Research. **Chile**: maio 2014: international support kit of opportunities. Lisboa, maio 2014a. Disponível em: <<http://www.novobanco.pt/site/cms.aspx?plg=7900020f-ec21-4ef6-bc6a-5231fbd56d49>>. Acesso em: 3 dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano plurianual 2012-2015**. Brasília, DF, 2011.

BRIDGAT. **Venezuela major trader partners**. [S.l.], 2014. Disponível em: <[http://countries.bridgat.com/Venezuela\\_Trade\\_Partners.html](http://countries.bridgat.com/Venezuela_Trade_Partners.html)>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional**, 2012: 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

CHILE. In: ALMANQUE Abril. 38. ed. São Paulo: Abril, 2012a.

CHILE. Armada. **¿Por qué es necesaria?**. Santiago, 2014a. Disponível em: <<http://www.armada.cl/armada/institucional/por-que-es-necesaria/2014-04-28/103537.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **¿Quiénes la componen?**. Santiago, 2014b. Disponível em: <<http://www.armada.cl/armada/quienes-la-componen/2014-05-05/102017.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Nuestras fuerzas**. Santiago, 2014c. Disponível em: <<http://www.armada.cl/armada/nuestras-fuerzas/2014-05-05/102102.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ejército. Misión y visión**. Santiago, 2014d. Disponível em: <<http://www.ejercito.cl/?menu&cid=13>>. Acesso em: 29 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Organigrama**. Santiago, 2014e. Disponível em: <<http://www.ejercito.cl/?menu&cid=14>>. Acesso em: 29 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ubicación territorial**. Santiago, 2014f. Disponível em: <<http://www.ejercito.cl/?menu&cid=15>>. Acesso em: 29 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Fuerza Aérea. **Nuestras fuerzas**. Santiago, 2014g. Disponível em: <<http://www.fach.cl/brigadas.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministerio de Defensa Nacional. Subsecretaría de Guerra. **Estatuto Orgánico del Ministerio de Defensa Nacional**. Santiago: Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, 2010a. Disponível em: <[http://www.defensa.cl/archivo\\_mindef/marco\\_normativo/marco\\_normativo\\_ley\\_20424\\_04\\_febrero\\_2010.pdf](http://www.defensa.cl/archivo_mindef/marco_normativo/marco_normativo_ley_20424_04_febrero_2010.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministerio de Energía. **Estrategia nacional de energía 2012-2030**. Santiago, 28 feb. 2012b. Disponível em: <<http://www.minenergia.cl/estrategia-nacional-de-energia-2012.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Agenda de Energía: um desafio País, progreso para todos**. Santiago, mayo 2014h. Disponível em: <<http://www.minenergia.cl/documentos/otros-documentos/agenda-de-energia-un-desafio-pais.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministerio de Justicia. Servicio Nacional de Menores. **Com acto em colegio de El Bosque se conmemoró “Día contra la explotación sexual comercial de niños”**. Santiago, 18 mayo 2010b. Disponível em: <<http://www.sename.cl/wsename/>

[estructuras.php?name=News&file=article&sid=389](http://estructuras.php?name=News&file=article&sid=389)>. Acesso em: 28 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministerio de Minería. Comisión Chilena del Cobre (Cochilco). **Encuesta de Cochilco revela que expertos proyectan precio del cobre de US\$ 3,14 la libra para 2014**. Santiago, 2013. Disponível em: <[http://www.cochilco.cl/Archivos/destacados/20131118110018\\_Comunicado%20de%20prensa%20Encuesta%20Precio%20del%20Cobre%20nov%202013.pdf](http://www.cochilco.cl/Archivos/destacados/20131118110018_Comunicado%20de%20prensa%20Encuesta%20Precio%20del%20Cobre%20nov%202013.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Relaciones Bilaterales**. Santiago, 2014i. Disponível em: <<http://chileabroad.gov.cl/argentina/relacion-bilateral/relaciones-bilaterales/>>. Acesso em: 15 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Embajada de Chile en Colombia. **Relaciones Bilaterales**. Santiago, 2014j. Disponível em: <<http://chileabroad.gov.cl/colombia/relacion-bilateral/relaciones-bilaterales/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Embajada de Chile en Perú. **Relaciones Bilaterales**. Santiago, 2014l. Disponível em: <<http://chileabroad.gov.cl/peru/relacion-bilateral/relaciones-bilaterales/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Principios de la Política Bilateral Chilena**. Santiago, 2014m. Disponível em: <[http://www.minrel.gob.cl/minrel/site/edic/base/port/politica\\_bilateral.html](http://www.minrel.gob.cl/minrel/site/edic/base/port/politica_bilateral.html)>. Acesso em: 16 nov. 2014.

CHILE E ARGENTINA buscam aprofundar relações bilaterais, apesar de atritos. **Veja**, São Paulo, 16 mar. 2012. Seção Mundo. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/chile-e-argentina-buscam-aprofundar-relacoes-bilaterais-apesar-de-atritos>>. Acesso em: 20 out. 2014.

COLÔMBIA. In: ALMANQUE Abril. 38. ed. São Paulo: Abril, 2012.

CORPORACIÓN DE DEFENSA DE LA SOBERANÍA. **Geopolítica de un océano estratégico: ¿por que la República Argentina ha buscado históricamente una salida al Pacífico?** Santiago, dic. 2004. Disponível em: <[http://www.soberaniachile.cl/busqueda\\_argentina\\_de\\_salida\\_al\\_pacifico.html#menu](http://www.soberaniachile.cl/busqueda_argentina_de_salida_al_pacifico.html#menu)>. Acesso em: 3 out. 2014.

DANTAS, M. O Chile e a globalização. **Professor Marciano Dantas**, Natal, 7 dez. 2011. Disponível em: <<http://professormarcianodantas.blogspot.pt/2011/12/o-chile-e-globalizacao.html>>. Acesso em: 5 out. 2014.

DEEN, T. América Latina: rumbo a uma corrida armamentista? **Outras Palavras**, São Paulo, 19 abr. 2011. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/uncategorized/dispara-gasto-militar-na-america-latina/>>. Acesso em: 30 out. 2014.

DE LA GORCE, X.; SALVY, A.-F. de S. Evolution of illegal

- activities at sea and governments' responses to them. In: **The fractured ocean: current challenges to maritime policy in the wider Atlantic**. Washington, DC: German Marshall Fund, Dec. 2012. p. 59-90. (Wider Atlantic Series).
- EQUADOR. In: ALMANQUE Abril. 38. ed. São Paulo: Abril, 2012.
- FERNÁNDEZ, M. **América Latina: su priorización en la política exterior de Chile**. Santiago: Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, 4 agosto 2009. Disponível em: <<http://www.minrel.gob.cl/america-latina-su-priorizacion-en-la-politica-exterior-de-chile/minrel/2010-01-07/173950.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- GOULART, C.; BELLINCANTA, L. A.; YAKABI, T. O processo de adesão da entrada da Bolívia no Mercosul. **Observatório de Negociações Internacionais da América Latina**, Florianópolis, 12 jun. 2014. Disponível em: <<https://onial.wordpress.com/2014/06/12/o-processo-de-adesao-da-entrada-da-bolivia-no-mercosul/>>. Acesso em: 15 out. 2014.
- GUEDES, A. M. Geopolitical shifts in the wider Atlantic: past, present, and future. In: **The fractured ocean: current challenges to maritime policy in the wider Atlantic**. Washington, DC: German Marshall Fund, Dec. 2012. (Wider Atlantic Series).
- \_\_\_\_\_. Liaisons dangereuses: reading and riding the winds of security risks in the Atlantic south. In: HAMILTON, D. S. (Org.). **Dark networks in a Atlantic Basin: emerging trends and implications for human security**. Washington, DC: Center for Transatlantic Relations, 2015. Disponível em: <[http://transatlanticrelations.org/sites/default/files/Networks\\_chapter11.pdf](http://transatlanticrelations.org/sites/default/files/Networks_chapter11.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2015.
- GUERRERO, A. L. del V. Geopolitics of Gas in South America. In: AL-MEGREN, H. A. (Ed.). **Advances in natural gas technology**. Rijeka: InTech, Apr. 2012. p. 57-78.
- INDEX MUNDI. **Chile: Economic policy & debt**. Charlotte, 2014a. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/facts/chile>>. Acesso em: 20 out. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Chile economy profile 2014**. Charlotte, 23 Aug. 2014b. Disponível em: <[http://www.indexmundi.com/chile/economy\\_profile.html](http://www.indexmundi.com/chile/economy_profile.html)>. Acesso em: 22 out. 2014.
- INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Chile após o terremoto: efeitos sobre o crescimento econômico**. Genebra, 22 mar. 2010. Seção Pontes. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/chile-ap%C3%B3s-o-terremoto-efeitos-sobre-o-crescimento-econ%C3%B4mico>>. Acesso em: 16 out. 2014.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. **Obligation to negotiate access to the Pacific Ocean (Bolivia v. Chile)**. The Hague, 18 June 2013. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/153/17392.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2014.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The military balance 2013**. London, 14 Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.iiss.org/en/publications/military%20balance/issues/the-military-balance-2013-2003>>. Acesso em: 27 dez. 2013.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. **IMF Country report No. 14/218: Chile**. Washington, DC, July 2014. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2014/cr14218.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.
- LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN ECONOMIC SYSTEM. **What is SELA?** Caracas, 2014. Disponível em: <<http://www.sela.org/view/index.asp?ms=258&pageMs=26475>>. Acesso em: 17 nov. 2014.
- LOPES, F. J. da C. **A importância do triângulo Portugal-PALOP-Brasil como garante de segurança do Atlântico Sul: possibilidades de afirmação da CPLP no domínio da defesa no Atlântico Sul**. 2010. Trabalho Final de Curso (Curso de Promoção a Oficial General)– Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2010.
- LOPES, R. R.; CARVALHO, C. E. Acordos bilaterais de comércio com estratégia de inserção regional e internacional do Chile. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 643-693, jul./dez. 2010.
- LORENÇATO, C. H. B.; TRALDI, T. O tortuoso processo de entrada da Venezuela no Mercosul. **Observatório de Negociações Internacionais da América Latina**, Florianópolis, 22 out. 2013. Disponível em: <<https://onial.wordpress.com/2013/10/22/o-tortuoso-processo-de-entrada-da-venezuela-no-mercosul/>>. Acesso em: 18 out. 2014.
- LIBRARY OF CONGRESS. **A country study: Chile**. Washington, DC, 2010. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/cltoc.html>>. Acesso em: 28 set. 2014.
- LYONS, J. Combate à coca na Colômbia muda o mapa do tráfico. **DefesaNet**, [Porto Alegre], 17 jan. 2012. Seção Geopolítica. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/4413/Combate-a-coca-na-Colombia-muda-o-mapa-do-trafico/>>. Acesso em: 15 out. 2014.
- MEYER, P. J. **Chile: political and economic conditions and U.S. relations**. Washington, DC: Congressional Research Service, Jan. 10, 2014. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/R40126.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2014.
- MOMBERG, M. R. Escenarios futuros, riesgos y oportunidades para Chile en la Antártica a largo plazo. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**,

Madrid, n. 103, Sept. 2008. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/cl/2008/mrm.htm>>. Acesso em: 30 out. 2015.

NEVES, M. S. A China e a Índia no Atlântico Sul. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 38, p. 71-94, jun. 2013.

NOVO BANCO. Research Setorial. **Peru**. Lisboa, nov. 2014b. Disponível em: <[http://www.novobanco.pt/site/images/documentos/research/research\\_sectorial/internacional/2014%20novembro/peru.pdf](http://www.novobanco.pt/site/images/documentos/research/research_sectorial/internacional/2014%20novembro/peru.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2014.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Chile's accession to the OECD**. Paris, May 7, 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/chile/chilesaccessiontotheoecd.htm>>. Acesso em: 5 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Education at a Glance 2013**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2013. Disponível em: <[http://www.oecd.org/edu/eag2013%20\(eng\)--FINAL%2020%20June%202013.pdf](http://www.oecd.org/edu/eag2013%20(eng)--FINAL%2020%20June%202013.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Latin American Economic Outlook 2013**: SME policies for structural change. Paris: OECD Publishing, Nov 16, 2012. Disponível em: <[http://www.oecd-ilibrary.org/development/latin-american-economic-outlook-2013\\_leo-2013-en](http://www.oecd-ilibrary.org/development/latin-american-economic-outlook-2013_leo-2013-en)>. Acesso em: 25 out. 2014.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **What is SELA?** Caracas, 2014. Disponível em: <<http://www.sela.org/view/index.asp?ms=258&pageMs=26475>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

PERU'S Geographic Challenge. **Stratfor**, Austin, 3 July 2012. Disponível em: <<http://www.stratfor.com/video/perus-geographic-challenge#axzz3N8uxm6bw>>. Acesso em: 10 out. 2014.

PETRÓLEO no mar do Caribe acirra disputa territorial entre Nicarágua e Colômbia. **ADITAL**, Fortaleza, 23 set. 2013. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=77761>>. Acesso em: 18 out. 2014.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **Informe sobre desarrollo humano 2003**: los objetivos de desarrollo del milenio: un pacto entre las naciones para eliminar la pobreza. Madrid, 2003. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2003\\_es.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2003_es.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Informe sobre desarrollo humano 2013**: el ascenso del sur: progreso humano en un mundo diverso. New York, 2013. Disponível em: <[http://www.undp.org/content/dam/venezuela/docs/undp\\_ve\\_IDH\\_2013.pdf](http://www.undp.org/content/dam/venezuela/docs/undp_ve_IDH_2013.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2014.

SALAS, C. L. Fundamentos geopolíticos y geoestrategicos permanentes de Chile - Parte I. **UBO/ORPAS**, Santiago, 2011. Disponível em: <[http://www.orpas.cl/wp-content/uploads/2011/10/Geoestrategia\\_chilena2.pdf](http://www.orpas.cl/wp-content/uploads/2011/10/Geoestrategia_chilena2.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2014.

em: 29 out. 2014.

SEM relação diplomática, Bolívia descarta diálogo com atual presidente chileno. **UOL**, São Paulo, 1 mar. 2013. Seção Opera Mundi. Disponível em: <<http://m.operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/27502/ia+descarta+dialogo+com+atual+presidente+chileno.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2014.

SMINK, V. Las razones de las protestas estudiantiles en Chile. **BBC**, Santiago, 10 agosto 2011. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2011/08/110809\\_chile\\_estudiantes\\_2\\_vs.shtml](http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2011/08/110809_chile_estudiantes_2_vs.shtml)>. Acesso em: 30 out. 2014.

STRATFOR. **Chile, Peru**: a persistent maritime territorial dispute. Austin, 8 Oct. 2009. Disponível em: <<http://www.stratfor.com/sample/analysis/chile-peru-persistent-maritime-territorial-dispute>>. Acesso em: 15 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Chile's interest in the Falkland Islands dispute**. Austin, 19 Mar. 2012. Disponível em: <<http://www.stratfor.com/sample/analysis/chiles-interest-falkland-islands-dispute>>. Acesso em: 17 out. 2014.

THE HERITAGE FOUNDATION. **2014 index of economic freedom**: Chile. Washington, DC, 2014. Disponível em: <<http://www.heritage.org/index/country/chile>>. Acesso em: 25 out. 2014.

THE WORLD BANK. **Energy imports, net (% of energy use)**. Washington, DC, 2014a. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/EG.IMP.CON.S.ZS>>. Acesso em: 18 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **GDP (current US\$)**. Washington, DC, 2014b. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries/CL-AR-BO-PE?display=graph>>. Acesso em: 30 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **GINI index (World Bank estimate)**. Washington, DC, 2014c. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>>. Acesso em: 26 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Military expenditure (% of GDP)**. Washington, DC, 2014d. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS/countries/CL-AR-BO-PE?display=graph>>. Acesso em: 30 out. 2014.

TRIBUNAL internacional concede ao Peru mais uma parte do Pacífico. **Folha on-line**, São Paulo, 27 jan. 2014. Seção Mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1403503-tribunal-internacional-de-justica-altera-fronteiras-entre-chile-e-peru.shtml>>. Acesso em: 16 out. 2014.

UMANO após terremoto, reconstrução turbina economia do Chile. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 fev. 2011. Seção Mundo. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=1100728>>. Acesso em: 16 out. 2014.

UNITED NATIONS. **Growth in United Nations**



**membership, 1945-present.** New York, 2014a. Disponível em: <<http://www.un.org/en/members/growth.shtml>>. Acesso em: 4 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Office of Legal Affairs. **Maritime Dispute (Peru v. Chile).** New York, 27 Jan. 2014b. Disponível em: <[http://legal.un.org/ICJsummaries/documents/english/206\\_e.pdf](http://legal.un.org/ICJsummaries/documents/english/206_e.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2014.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development reports:** income Gini coefficient. New York, 15 Nov. 2013. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/income-gini-coefficient>>. Acesso em: 26 out. 2014.

UNITED STATES. Central Intelligence Agency. **The world factbook:** South America: Venezuela. Washington, DC, 2014a. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ve.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Central Intelligence Agency. **The world factbook:** South America: Chile. Washington, DC, 2014b. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ci.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Department of State. **U.S. relations with Chile.** Washington, DC, 21 Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/1981.htm>>. Acesso em: 5 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Department of the Interior. U.S. Geological

Survey. **Mineral commodity summaries:** copper. Reston, Feb. 2014c. Disponível em: <<http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/commodity/copper/mcs-2014-coppe.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Department of Energy. Energy Information Administration. **Country analysis note:** Chile. Washington, DC, July 2014d. Disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=CI&trk=m>>. Acesso em: 18 out. 2014.

URUGUAI. In: ALMANQUE Abril. 38. ed. São Paulo: Abril, 2012.

URUGUAI. Parlamento. **Chile - Uruguay:** Acuerdo de Asociación Estratégica. Montevideo, 7 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/htmlstat/pl/acuerdos/acue-ap-37877.htm>>. Acesso em: 10 out. 2014.

VALENZUELA, R. G. Chile e a liderança sul-americana do Brasil: qual estratégia preferem suas elites? **Plataforma Democrática**, Rio de Janeiro, jul. 2011. 20 p. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Plataforma\\_Democratica\\_Working\\_Paper\\_18\\_Portugues.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Plataforma_Democratica_Working_Paper_18_Portugues.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2014.

VASCONCELOS, M. A saída do Paraguai do Mercosul e seu isolamento. **Jornal GGN**, São Paulo, 1 ago. 2012. Blog Luis Nassif Online. Disponível em: <<http://jornalggm.com.br/blog/luisnassif/a-saida-do-paraguai-do-mercosul-e-seu-isolamento>>. Acesso em: 17 out. 2014.

### Indicação de Responsabilidade

O conceito de autoria adotado pela CMM está baseado na contribuição substancial de cada uma das pessoas listadas como autores, seguindo as categorias abaixo:

- (1) Concepção e projeto ou análise e interpretação dos dados;
- (2) Redação do manuscrito ou;
- (3) Revisão crítica relevante do conteúdo intelectual.

Com base nestes critérios, a participação dos autores na elaboração deste manuscrito foi:

Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador - 1, 2 (partes 1, 6), 3.

Glauco Corbari Corrêa - 1, 2 (partes 2, 6), 3.

Antônio José Macedo Estrela Bastos - 2 (partes 4.3, 4.4, 4.5).

Marco Paulo Almeida de Rodrigues Gonçalves - 2 (parte 5).

Ricardo José Gomes da Silva Inácio - 2 (partes 3.1, 3.2, 3.3).

Gabriel de Jesus Gomes - 2 (partes 4.1, 4.2)

Antônio Paulo da Costa Frescata - 2 (partes 3.3, 3.4, 3.5)

**Recebido em 15 de janeiro de 2015**

**Aprovado em 23 de março de 2015**